

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Direitos sociais e ambientais marcam projeto de nova Constituição do Chile 3

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cuidado com o golpe do falso IOF via Pix 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Só 1/3 dos processos por assédio sexual em órgãos federais resulta em punição 5

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Divulgação de dados de emenda nos Estados é falha, diz estudo 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Governo reajusta diária de servidor em viagem 11

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Conheça a heterodoxa nova ministra da Economia 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cigarro ilegal: um problema econômico e social (Artigo) 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prefeitos reagem às perdas 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Recuperação Fiscal vai gerar um apagão social 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina reage a corte de impostos com leve recuo 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Difícil equação (Artigo) 22

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O futuro da inovação no Brasil é verde (Artigo) 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Tem de ter vale-Uber; é como vale-táxi" 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo age para barrar mudanças 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais de mil prefeitos vão a Brasília contra perda de R\$ 250 bi 28

Terça-Feira, 5 de Julho de 2022

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado começa a prever inflação maior em 2023..... 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

País torra R\$ 85 bi em combustíveis - MÍRIAM LEITÃO..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Positiva, redução do ICMS tem efeito limitado, dizem analistas..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juros globais em alta e riscos fiscais pressionam taxas futuras..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BCE quer impedir que alta de juro vire lucro para bancos..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tribunais divergem sobre exigência de certidão fiscal em recuperação judicial..... 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo tenta barrar modificações em PEC..... 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Guedes silencia sobre a PEC das bondades..... 37

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Impacto direto na inflação..... 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A PEC da compra de votos - CRISTINA SERRA..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economia tenta barrar inclusão de novos benefícios..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Entidades apresentam propostas para próximo governo melhorar SUS..... 43

Direitos sociais e ambientais marcam projeto de nova Constituição do Chile

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263?page=1§ion=1

Cuidado com o golpe do falso IOF via Pix

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) é cobrado em operações de crédito, câmbio e seguros, mas ultimamente está sendo usado para dar golpes em tomadores de empréstimos.

De acordo com a **Receita Federal**, criminosos se passam por empresas para enganar as vítimas.

Enquanto o consumidor tenta contratar um financiamento, os estelionatários tentam condicionar a liberação do dinheiro ao pagamento antecipado do IOF por meio da transferência Pix.

No golpe, os criminosos fornecem documentos falsos de notificação e arrecadação, induzindo as pessoas a recolherem taxas inexistentes, diz o Fisco. O suposto IOF acaba sendo repassado por Pix para uma pessoa física.

A **Receita Federal** se pronunciou e alertou que os servidores do Fisco não prestam serviços de empréstimo, e também não entram em contato para cobrar pagamentos.

Além do mais, a **Receita Federal** não fornece dados para recolhimento de **tributos** ou de taxas via transferência, o que também serve de aviso para os cidadãos.

Pagamento via Darf Embora alguns **tributos** possam ser pagos via Pix, como o IPTU, ITBI e ISS, o IOF só pode ser quitado, exclusivamente, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), que é pago diretamente pela instituição que concede o empréstimo, e não pelo tomador do mesmo.

A Darf é uma guia usada para arrecadação de **impostos**, contribuições e taxas que estão embutidas nas operações financeiras.

Com a Darf é possível fazer o pagamento do IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física), IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), PIS (Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros), entre outras cobranças.

Para emitir, é necessário acessar o portal Regularize, clicar na opção "Emitir Guia de Pagamento" e então clicar em "Emitir Darf/DAS parcial ou integral".

Boletim de ocorrência Quem desconfiar que está sendo vítima de um golpe deve procurar imediatamente a polícia, com todas as provas reunidas, para registrar o boletim de ocorrência.

Site: <https://www.folhape.com.br/educacao-imprensa/2159/05-07-2022/>

Só 1/3 dos processos por assédio sexual em órgãos federais resulta em punição



Idiana Tomazelli

BRASÍLIA

Dois em cada três processos de investigação por assédio sexual na administração pública federal terminaram sem qualquer penalidade, segundo dados fornecidos pela CGU (Controladoria-Geral da União) a pedido da Folha.

De 2008 até junho de 2022, foram instaurados 905 processos correccionais para apurar casos de assédio sexual, dos quais 633 foram concluídos e outros 272 ainda estão em andamento.

Entre as investigações já finalizadas, 432 chegaram ao fim sem punição, o que representa 65,7% do total. As demais resultaram em advertência (41), suspensão (90) ou demissão (95) do agressor.

A soma de penalidades (incluindo sua ausência) é maior que o total de processos porque em algumas apurações havia o envolvimento de mais de um agente público.

O levantamento da CGU inclui processos instaurados no âmbito da administração direta, autarquias e fundações, o que compreende ministérios, agências reguladoras e universidades federais.

Os dados não incluem empresas públicas, como é o caso da Caixa Econômica Federal, palco das mais recentes acusações de assédio sexual feitas por funcionárias contra o agora ex-presidente da instituição Pedro Guimarães.

As acusações foram reveladas na terça-feira (28) pelo portal Metrôpoles, que relatou também a existência de uma investigação no Ministério Público Federal. Após a divulgação, o caso entrou na mira do TCU (Tribunal de Contas da União) e do MPT (Ministério Público do Trabalho).

As mulheres narraram episódios como toques íntimos sem consentimento, convites incompatíveis com o ambiente profissional e outras condutas inapropriadas.

Uma funcionária da Caixa disse em depoimento à Folha que também foi assediada por Guimarães, presidente da instituição, em um caso até então desconhecido pelas autoridades. Após as primeiras denúncias, o número de mulheres que relatam terem sido alvo de assédio no banco tem aumentado.

Em setores do governo, há o temor de que a prática tenha se tornado uma cultura organizacional dentro da Caixa. O banco contratou uma auditoria externa para aprofundar as investigações, e a nova presidente, Daniella Marques, promete rigor nas apurações.

O número de processos por assédio sexual na administração federal cresceu de forma contínua até 2019, quando teve um pico de 243 novos registros. Em 2020, o trabalho remoto contribuiu para a queda dos números, embora especialistas ressaltem que houve, em paralelo, um aumento nos casos de violência doméstica.

Segundo a CGU, a instauração do processo não é imediata. O chamado "procedimento correccional" é aberto após análise preliminar da ouvidoria, que verifica se a denúncia contém os elementos necessários. Também é realizado juízo de admissibilidade na área correccional, que conclui ou não pela necessidade de apuração.

Mesmo com essa análise prévia, dois terços dos casos terminam sem penalidade. "Os casos de arquivamento podem ter sua causa na não configuração [da prática de assédio], na ausência de provas, entre outros fatores", diz a CGU.

Já as punições são, em geral, aplicadas após enquadramento do agente por "descumprimento de deveres funcionais", já que a prática do assédio sexual não está prevista como infração disciplinar na lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos **servidores públicos** civis da União.

Apesar da tendência de alta no número de processos que apuram assédio sexual na administração pública, especialistas afirmam que muitos casos ainda passam

longe do radar das autoridades, diante da dificuldade das vítimas em relatar o ocorrido.

"Uma denúncia, ainda mais vinculada com relação de trabalho e relação de poder, é sempre difícil por natureza. No caso de uma denúncia de assédio sexual, há elementos que dificultam ainda mais. Há casos de mulheres que são culpabilizadas, ou se sentem envergonhadas", afirma a advogada Tainã Gois, doutora em Direito pela USP (Universidade de São Paulo) e conselheira de política para mulheres na Prefeitura de São Paulo.

"A moral da mulher é muito questionada. A denunciante do assédio sexual tem que provar o tempo todo que ela pode ser uma vítima. Ela vai primeiro ser julgada", afirma Gois.

Para ela, a não punição em dois terços dos processos por assédio sexual na administração pública pode indicar dificuldade em conseguir dar consequência às ações desses agentes. No entanto, ela pondera que, mesmo na ausência de uma penalidade formal, o acusado pode, por exemplo, acabar sendo transferido de cargo.

A procuradora do MPT Andrea Gondim, coordenadora nacional de Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública, avalia que ainda há uma cultura de violência e assédio contra a mulher disseminada na sociedade brasileira, que acaba sendo transportada para o ambiente de trabalho.

"Essa violência cotidiana também acontece no nosso ambiente de trabalho, desde a interrupção da fala da mulher pelo homem, a apropriação de ideias, até essa escalada da violência que pode se revelar por meio de comportamentos sexuais indesejados", afirma.

"Embora diversas empresas e órgãos tenham canais para denunciar esse tipo de violência, muitas vezes esses canais não funcionam ou acabam não dando resposta efetiva à situação, o que acaba aprofundando o problema", acrescenta Gondim. Segundo ela, a sensação de que a acusação é ineficaz pode desencorajar futuras denúncias.

A subnotificação dos casos de assédio sexual é citada em estudo temático sobre o tratamento correcional do assédio sexual, realizado pela auditora da CGU Sandra Yumi Miada em 2020. Entre as barreiras estão o medo de represália ou retaliação (como demissão e rebaixamento de função), medo de transferência, receio de exposição extrema no ambiente de trabalho e familiar, dificuldade de abordagem do assunto ou descrédito diante do relato da vítima.

No estudo, a auditora se debruçou sobre 49 dos

processos instaurados para apurar a conduta de assédio sexual na administração federal e que foram concluídos no período de janeiro de 2015 a outubro de 2019.

Em 96,15% dos casos, as vítimas eram do sexo feminino. Já os agressores eram do sexo masculino em 100% dos episódios analisados. Em 32% dos processos, as vítimas eram menores de idade.

No estudo, a taxa de punição dos processos disciplinares por assédio sexual foi de 38,78% - podendo chegar a 51,35% quando desconsiderados processos cuja análise ficou prejudicada no estudo por ausência de informações sobre seu resultado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49963&anchor=6458920&pd=f0476637d37ad320bdd49e67ebb2962c>

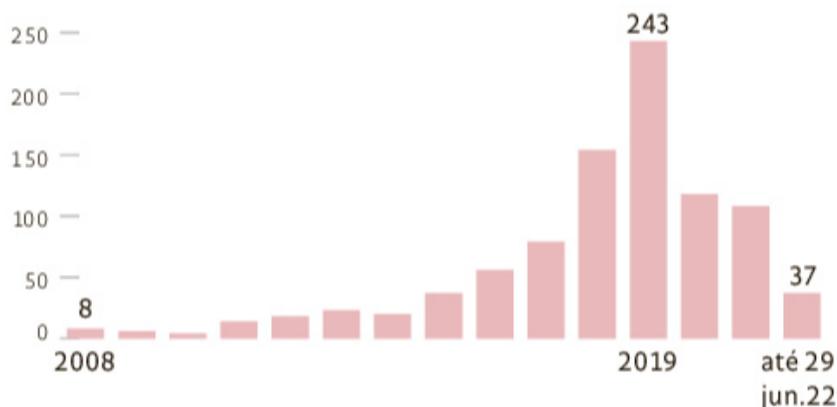
Processos por assédio sexual

Por situação



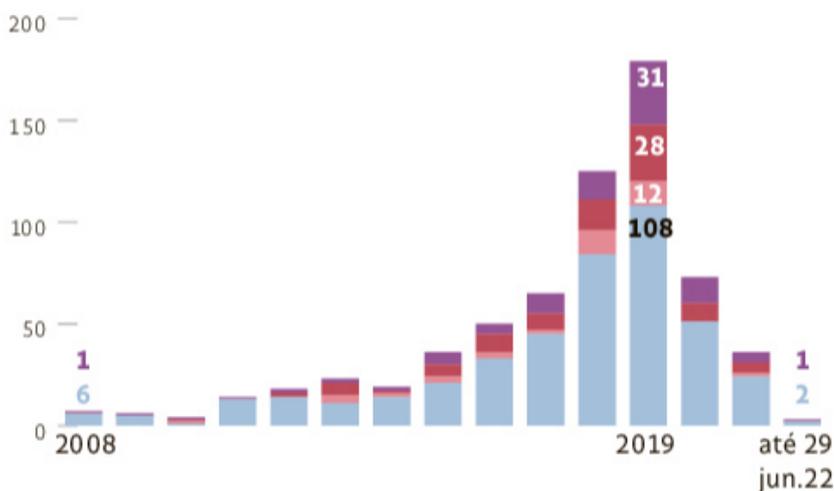
Processos por assédio sexual

Por ano



Processos por assédio sexual concluídos*

■ Penalidade de demissão ■ Penalidade de advertência
■ Penalidade de suspensão ■ Sem penalidade



*São 633 processos. Em alguns processos há mais de um agente envolvido, por isso o total do levantamento sobre penalidades resulta em 658. Fonte: CGU



'Foi afastado o presidente da Caixa, tá respondido?', afirma Bolsonaro

O presidente falou pela primeira vez sobre o caso de Pedro Guimarães e as acusações de assédio sexual. Bolsonaro se limitou a dizer que o executivo foi afastado, mas depois corrigiu e falou que Guimarães foi quem pediu o afastamento. "Foi afastado o presidente da Caixa, tá respondido? Ou melhor, ele pediu afastamento, tá?", disse em conversa com apoiadores.

Divulgação de dados de emenda nos Estados é falha, diz estudo

BEATRIZ BULLA

Nenhum Estado brasileiro publica informações completas sobre destino de emendas parlamentares estaduais, segundo ranking inédito divulgado hoje pela ONG Transparência Internacional-Brasil. Desde o ano passado, o Estadão revela o repasse de recursos públicos no âmbito federal distribuídos por emendas de relator do Orçamento no Congresso, sem critérios técnicos, para garantir apoio de parlamentares ao Palácio do Planalto.

Os dados da Transparência Internacional mostram que, nos Estados, os maiores desafios para garantir transparência e boa governança se concentram justamente na questão financeira e orçamentária.

Além da falta de informação completa sobre as emendas, os Estados brasileiros também falham em informar sobre incentivos fiscais - "áreas de risco mais elevado para corrupção, privilégios e prejuízos aos cofres públicos", de acordo com a Transparência Internacional.

"Achamos importante focar no aspecto orçamentário e financeiro, especialmente por conta de, nos últimos dois anos, vermos a prática mais exacerbada no Congresso Nacional do orçamento secreto.

Tínhamos a preocupação de que essa prática se repetisse em alguns Estados", disse Michael Mohallem, consultor sênior da Transparência Internacional- Brasil. "Vemos ainda uma falta de transparência grande na forma como os Executivos estaduais lidam com a execução de emendas nos seus orçamentos", destacou. "É fundamental que a sociedade conheça o beneficiado, a cidade beneficiada (por repasses)." O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) mediu dados de transparência e governança nos 26 Estados e no Distrito Federal. A Transparência Orçamentária e Fiscal é uma das oito dimensões avaliadas, que incluem análise sobre marcos legais, plataformas, administração e governança, transformação digital, comunicação, participação e dados abertos.

Cada um dos tópicos se desdobra em várias avaliações, que somam 84 critérios no total.

ESPÍRITO SANTO. O Estado mais bem avaliado foi o

Espírito Santo, com nota geral de 90,4. O pior foi o Acre (26,7 pontos). São Paulo ficou em 12.º lugar, com nota 67,3.

Só cinco Estados disponibilizam dados para acompanhamento de obras públicas, com informações que incluem contratos, responsáveis pela obra e duração prevista. São eles: Amazonas, Ceará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Rondônia.

A ONG também analisa a disponibilização de informações como agenda diária dos governadores, a existência de critérios técnicos para ocupação de cargos comissionados, entre outros. No caso das emendas, o levantamento questiona se o Estado divulga valor, nome do parlamentar e partido, órgão de destino, data de liberação, objeto, beneficiário, entre outros. Nenhum Estado recebeu a nota máxima nesta pergunta e 15 receberam a nota mínima.

Para Mohallem, dez anos após a criação da Lei de Acesso à Informação, a "burocracia estatal internalizou boa parte" das rotinas de transparência dos dados públicos. Segundo ele, a análise mostra que há avanços que podem ser feitos por Estados voluntariamente, ainda que não exista lei federal que exija o compromisso.

O consultor citou, por exemplo, o debate sobre transparência das atividades de lobby - projeto em discussão no Congresso.

Conforme o levantamento, apenas dois Estados (Espírito Santo e Minas Gerais) têm alguma regulamentação para divulgar a relação entre lobby e governo.

Governo reajusta em até 70% diárias de servidores em viagem

Sem conseguir reajustar salários do funcionalismo, o governo federal fez um último agrado aos **servidores públicos** no prazo em que permite a lei em ano eleitoral, e aumentou em até 70% as diárias pagas em viagens. O decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) com data de sexta-feira, 1.º de julho. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o presidente não pode aumentar despesas com pessoal nos últimos 180 dias do mandato.

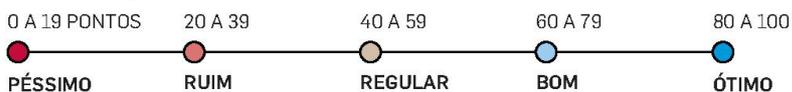
O último reajuste nas diárias havia sido em 2009. O decreto também reduziu a quantidade de categorias e valores diferenciados, diminuindo a diferença paga de acordo com o cargo. Com isso, aumento maior será sentido por servidores de menor escalão. Funcionários de nível superior ou com gratificação até o antigo DAS-2 (sigla de uma das gratificações pagas a ocupante de cargo de confiança) ganhavam entre R\$ 177 e R\$ 224,20 por dia de deslocamento, a depender da cidade de destino. O valor passou a ser entre R\$ 300,90 e R\$ 381,14.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

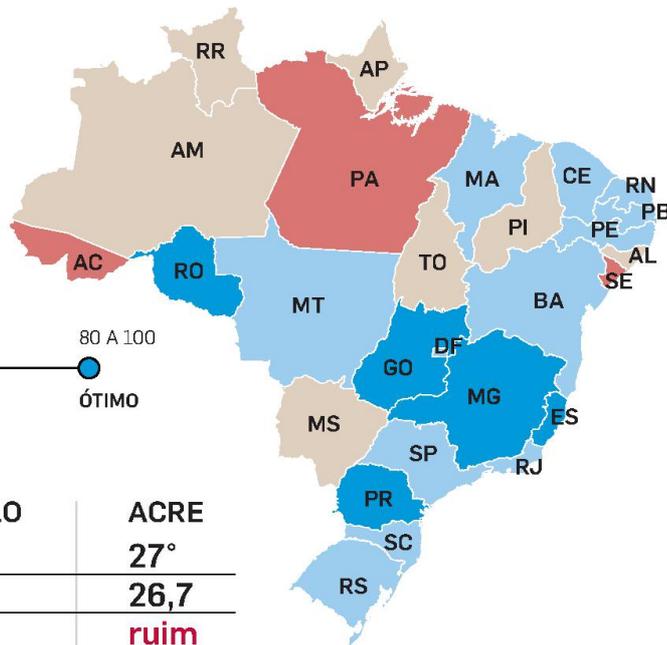
RANKING

Índice de transparência e governança pública no Brasil

Pontuação



	ESPÍRITO SANTO	SÃO PAULO	ACRE
POSIÇÃO	1º lugar	12º	27º
NOTA	90,4	67,3	26,7
CONCEITO	ótimo	bom	ruim



FONTE: ONG TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Governo reajusta diária de servidor em viagem

Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263?page=1§ion=1

Conheça a heterodoxa nova ministra da Economia

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263?page=1§ion=1

Cigarro ilegal: um problema econômico e social (Artigo)

EDSON VISMONA Presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP)

Você sabe quanto é perdido com o contrabando de cigarros no Brasil? Apenas em 2021, o país deixou de arrecadar R\$ 10,2 bilhões em **impostos** por conta da venda ilegal do produto. A perda acumulada nos últimos 10 anos é de R\$ 86 bilhões - esse valor cobre praticamente um ano de pagamentos do Auxílio Brasil para 18 milhões de famílias, programa tão necessário e para o qual o governo busca recursos.

Dados do Instituto Ipec Inteligência mostram que o cigarro ilícito representou 48% do mercado total de cigarros em 2021. Ou seja, quase metade de um segmento inteiro da indústria no Brasil é dominado por um produto ilegal, que não recolhe imposto e que não atende às obrigatórias normas fitossanitárias. É dinheiro sujo que abastece os cofres do crime organizado.

A maior parte é contrabando do Paraguai, que tem imposto de 20% sobre o produto, contra algo entre 70% e 90% no Brasil, a depender do estado. Esse produto entra via fronteira terrestre (rodovias, estradas vicinais) e vias fluviais. Mas, também, temos os manufaturados dentro do Brasil, por fabricantes devedores contumazes, ou seja, estruturam o negócio para nunca pagar **impostos**. Eles, vejam só, falsificam marcas paraguaias, que lideram o nosso mercado, tamanha é a difusão do contrabando no país. Sem controle, esses produtos ilegais não atendem aos requisitos mínimos em relação aos níveis de nicotina e alcatrão, entre outras substâncias, definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Para agravar o cenário, estudo recente do economista e especialista em economia do crime Pery Shikida apontou que organizações criminosas aliciam menores de idade para atuarem no contrabando de cigarros em cidades brasileiras situadas na fronteira com o Paraguai, como Paraná e Mato Grosso do Sul, resultando em altos índices de evasão escolar e no agravamento dos índices socioeconômicos nessas regiões. Os jovens transportam, armazenam e fazem a segurança da mercadoria ilícita almejando o ganho fácil, segundo a pesquisa. Para o crime, as crianças são lucrativas, uma vez que as penas para o contrabando são baixas ou inexistentes, colocando o futuro desses jovens em risco. Uma total perversão

que molesta a nossa juventude de baixa renda.

Muitas partes envolvidas na discussão sobre o combate ao cigarro ilegal defendem que apenas a repressão é suficiente, e que é necessário aumentar ainda mais os **impostos** aqui no Brasil, entretanto, essa crença é **incorreta** e injusta com as forças de segurança.

A **Receita Federal** e as Polícias Rodoviária Federal, federal e estaduais fazem um trabalho dedicado e heroico. Porém, para reduzir o espaço do crime de forma incisiva, é preciso atacar não apenas a oferta, mas também os fatores que fazem com que o preço do cigarro ilícito seja tão baixo e atrativo.

Em um cenário de **inflação** e de perda de renda, o preço é, ainda mais, o grande diferencial. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 em 10,06%, o maior em 6 anos. Segundo dados da Boa Vista, o número de pessoas que atrasaram alguma conta (financiamento bancário, cartão de crédito, contas de consumo) cresceu 5,1% em março, quando comparado a fevereiro, e 9,2% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2021.

É inegável que o aumento de **impostos** gera um preço maior do produto legal, assim, quem não paga imposto tem uma enorme vantagem competitiva, reduz a participação do legal, amplia seu lucro e eleva a sonegação - isso ocorre com qualquer produto, fácil de entender, não requer profundas análises. No caso dos cigarros, a diferença de valores é gritante - até 65% mais baixo que o produto legal - oferecendo uma enorme vantagem ao ilícito.

Pesquisa da Fecomércio-RJ realizada em dezembro de 2021 aponta que quase 76% dos entrevistados compram produtos ilegais porque são mais baratos; 59,6% entendem que o produto ilegal é mais barato por não pagar **impostos** e, respeitando os fatos, 79% declaram que, para ampliar a competitividade dos produtos legais, seria necessário reduzir a carga tributária. Mantida a grande diferença de preços, o contrabando não perderá o espaço já conquistado e pode aumentar sua participação.

Cabe lembrar que defender o produto legal significa fortalecer a economia do país com uma maior

arrecadação de **impostos** e geração de empregos. É preciso facilitar a vida de quem paga imposto e dificultar a de quem não paga. As próprias diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) preveem que os **impostos**, além de terem efeito arrecadatório, podem ser inibidores do consumo, porém, deve sempre ser considerada a incidência do mercado ilegal. Vale citar a experiência do Distrito Federal, que chegou a aumentar a alíquota sobre o cigarro além do ponto de equilíbrio e, ao voltar atrás, em 2017, ampliou a arrecadação.

Essas constatações demonstram que é necessário o reequilíbrio tributário no Brasil para que o consumidor possa optar pelo produto legal, controlado, de venda exclusiva para adultos, que recolha seus **impostos** e não incentive o crime no Brasil. O tema é complexo e não se resolverá sem que se encare o problema de forma franca, corajosa e transparente, com base em dados reais, afastando o ativismo negacionista. Ignorar a lógica econômica estimula o avanço do contrabando. O preço baixo, resultante do não pagamento de qualquer imposto, incentiva o consumo, especialmente pelos fumantes de baixa renda, essa é a incômoda verdade. Temos que inovar, com o avanço de políticas efetivas de combate ao crime e ao consumo do cigarro ilegal. Esse é o desafio.

Prefeitos reagem às perdas



raphael felice

Cerca de mil prefeitos desembarcam hoje, em Brasília, para protestar contra medidas avalizadas pelos Três Poderes que impactam os cofres de suas localidades. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o potencial de perdas é de R\$ 250,6 bilhões ao ano, levando em conta as alterações já em vigor e as que estão em tramitação. As reuniões começam às 9h, na sede da entidade, e seguem ao longo do dia, incluindo debates com parlamentares no Congresso.

Nos últimos meses, o Parlamento aprovou diversas medidas que aumentaram os gastos de estados e municípios. As mais recentes estimativas da CNM apontam que, entre elevação de despesas e redução das receitas, desde dezembro de 2021, os municípios devem perder cerca de R\$ 73 bilhões ao ano. O temor é que a conta dispare ainda mais com as propostas em andamento.

Entre as medidas classificadas como "pauta grave" pela CNM estão a Emenda Constitucional 120, que reajustou para dois salários mínimos o piso nacional de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, e o Projeto de Lei (PL) 2.564/2020, que instituiu o piso salarial de R\$ 4.750 para profissionais de enfermagem.

Decisões do Poder Executivo também afetam o cofre dos municípios, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em até 35%, com prejuízo estimado de R\$ 6,75 bilhões à arrecadação. O governo federal foi responsável, ainda, por assinar a portaria 67/2022, determinando o reajuste de 34,24% do piso dos professores. A medida prevê aumento dos gastos dos municípios em cerca de R\$ 30,5 bilhões.

No Poder Judiciário, a pauta que provoca maior

impacto é a Lei Complementar 192/2022, fruto da aprovação do PLP 18, que limita em 17% a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo estadual, incidente em combustíveis, energia elétrica, transporte coletivo e telecomunicações. O impacto previsto é de R\$ 22 bilhões. Estados tentam derrubar a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.164.

"Em termos específicos, as pautas apresentadas se comprometem a reduzir a arrecadação das receitas próprias e receitas de transferências, enquanto os aumentos de despesas se dividem entre aumento do gasto de pessoal e custeio", diz a CNM em documento. "A instituição de encargos financeiros sob responsabilidade dos municípios, como pisos salariais para as principais carreiras do funcionalismo, impõe mais uma rigidez no orçamento das prefeituras, pois são gastos de caráter continuado, comprometendo cada vez mais recursos públicos para o seu cumprimento."

Sem garantias

A entidade rebate a versão do governo de que estados e municípios podem arcar com as perdas, pois obtiveram arrecadações extraordinárias nos últimos anos. "No debate atual, os atores políticos têm argumentado que em boa parte das medidas a redução de receita é justificada, já que os entes subnacionais (estados e municípios) têm apresentado arrecadação elevada no período. Não há garantia, contudo, que os resultados excepcionais de arrecadação se sustentem nos próximos anos, pois essa variável é carregada de incerteza e está relacionada com a atividade econômica", ressaltou. "A redução permanente da arrecadação de **impostos** municipais, logo, pode gerar, em um futuro próximo, em caso de reversão do desempenho da arrecadação, dificuldade do cumprimento dos compromissos com os serviços essenciais pelos entes subnacionais." Em outra frente, a CNM reivindica o avanço da proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a União de criar encargos financeiros para os entes subnacionais sem a previsão de transferência para o seu custeio (PEC 122/2015). A entidade considera a aprovação da matéria como "fundamental", pois impediria a imposição de novas despesas a serem custeadas pelos municípios sem a devida indicação da fonte de recurso.

O prejuízo

Impacto máximo com perdas de arrecadação, caso
todas as propostas avancem ou não sejam sustadas
Executivo: R\$ 37,2 bilhões Legislativo: R\$ 99 bilhões
Judiciário: R\$ 114,3 bilhões

Recuperação Fiscal vai gerar um apagão social



“

O estado pode, e deve, ser gerador de produção de tecnologia e incentivar a criação de empresas”

Benny Cohen, Guilherme Peixoto e Márcia Maria Cruz

A professora Vanessa Portugal, do PSTU, se prepara para disputar o governo mineiro pela terceira vez. Ela já concorreu nos pleitos de 2006 e 2010. Crítica de Romeu Zema, ela crê que o Novo, partido do governador e candidato à reeleição, é "incentivador do aumento das opressões e da violência "contra mulheres, negros e integrantes da população LGBTQIA+. "Não por dizer diretamente para violentar, mas porque, ao incentivar o preconceito, há incentivo indireto aos que estão na ponta, com menos capacidade de elaboração, de liberar a violência", disse ontem, ao participar do "EM Entrevista", podcast de política do Estado de Minas. Para Vanessa, a eventual adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) proposto pelo governo federal vai gerar um "apagão social". Na sexta-feira, mesmo sem autorização da Assembleia Legislativa, Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), permitiu que o Palácio Tiradentes siga os trâmites que podem culminar na entrada no plano de refinanciamento de dívida. "Isso (o RRF) vai representar uma redução de investimentos na saúde, na educação e na habitação", afirma a pré-candidata, defensora da estatização da mineração e da criação de parques industriais para diversificar a economia. Se o PSTU confirmar a escolha por uma chapa puro-sangue, o vice será Jordano Carvalho, metalúrgico e candidato da legenda ao Executivo estadual em 2018. A íntegra da

entrevista com Vanessa está disponível no YouTube do Portal Uai.

Leia, abaixo, os principais pontos:

Se a candidatura for confirmada na convenção do PSTU, será sua terceira vez na disputa pelo governo de Minas. O que a motiva a participar novamente do processo eleitoral?

As candidaturas do PSTU têm a ver com a apresentação de um programa que se diferencia do conjunto de alternativas colocadas no processo eleitoral. É claro que queremos ganhar a opinião das pessoas para esse programa -e, quando entramos na eleição, entramos sabendo das dificuldades, mas para ganhar. Não porque quero ser eleita, mas por termos um conjunto de ideias e propostas à sociedade. Achamos importante que os trabalhadores e a juventude prestem atenção nisso, apoiem e se incorporem às ideias. Sou uma pessoa de movimento. Faço muitas greves e participo de ocupações de terras e manifestações. Estou em sala de aula há 30 anos, em escola pública. O fato de eu participar de certos movimentos me dá certa visibilidade. É legítimo que eu represente essas ideias que defendemos no processo eleitoral. É uma visão de mundo que discutimos em todos os espaços em que estamos.

A senhora disse que a pré-candidatura deste ano é mais ampla em relação às anteriores do PSTU. Não é possível se unir às pré-candidaturas de Psol e PCB? O campo mais à esquerda também tem outro partido: a Unidade Popular. Houve um início de discussão, com todo o respeito à trajetória das organizações, mas não foi esse (aliança) o resultado do debate. O Psol, neste momento, tem opção clara de adesão ao programa apresentado pelo PT, mesmo tendo pré-candidatura própria no estado (Lorene Figueiredo). Esse é um dos pontos que vamos discutir na eleição: não existem debates puramente regionalizados. Os estados não se isolam da Federação. Com o PCB (a pré-candidata é Renata Regina) e a Unidade Popular não foi possível (se unir), porque há uma série de diferenças programáticas.

Como a senhora avalia a mineração no estado?

A mineração no estado, hoje, é muito nefasta. Não defendemos parar ou acabar de vez com a mineração,

mas o que ela traz de positivo? O percentual de **impostos** das mineradoras é baixíssimo e corresponde a aproximadamente 0,5% da receita do estado. Isso aumenta com o que se repassa às prefeituras, mas é muito baixo. A mineração traz tantos problemas sociais às cidades onde se instala que, dificilmente, há uma compensação econômica real. A mineração está colocando em risco o abastecimento das cidades e emprega muito pouco se comparada ao volume de recursos que movimenta. A mineração precisa ser contida, reduzida, limitada. Temos de desenvolver processo industrial de beneficiamento do minério e reaproveitamento do que já foi produzido. São mecanismos mais eficientes de geração de renda e emprego, mais eficientes para o desenvolvimento do estado.

O que a senhora quer dizer quando fala que a mineração precisa ser "contida", limitar?

O processo, o volume e os locais. A mineração precisa ser controlada. Há locais onde, independentemente de haver minério, ela não pode entrar, porque compromete áreas básicas à sobrevivência, como o abastecimento de água. Tem de haver entrada de tecnologia, pois o modelo brasileiro é muito atrasado. A mineração não pode ser privada. O subsolo não pode ser explorado sob o controle de empresas privadas. É preciso ter conselhos que sejam executados pelo conjunto de trabalhadores das cidades e pelos trabalhadores das empresas.

Há dependência da mineração? O que fazer para diversificar a economia?

Existem outras atividades com maior peso no **PIB**, como a indústria, que está sendo reduzida - um fenômeno do Brasil. O agronegócio tem peso em Minas, mas também é destrutivo, não gera emprego, representa concentração de riqueza na mão de poucos e não paga **impostos** na proporção de outros produtos. Minas tem economia diversificada, mas aumentar a diversificação tendo como base o desenvolvimento industrial é necessidade. O estado pode, e deve, ser gerador de produção de tecnologia e incentivar a criação de empresas. Não há saída fácil. Tenho de enfrentar os que lucraram, e continuam lucrando, com a miséria da população, aumentar a cobrança de **impostos** sobre esses grupos, estatizar algumas áreas da economia e usar esse dinheiro para investir nas condições de vida da população, em tecnologia e em parques industriais.

Como a senhora analisa a postura do governo Zema ante as causas das mulheres, dos negros e da população LGBTQIA+?

Os números apontam que há aumento brutal da

violência contra mulheres, negros e LGBTs. O número de assassinados em função de sua orientação sexual, opção de gênero e raça é muito grande. É a violência mais cabal, mas há uma violência cotidiana brutal: mulheres e negros continuam recebendo salários menores ou na fila do desemprego. Não há política de Estado que responda a isso. Há defesa de toda uma ideologia que faz com que preconceito, violência e a opressão aumentem. O partido Novo é incentivador do aumento das opressões e da violência contra mulheres, negros e LGBTQIA+. Não porque diz diretamente para violentar, mas porque, ao incentivar o preconceito, há incentivo indireto aos que estão na ponta, com menos capacidade de elaboração, de liberar a violência.

Nunes Marques, do STF, autorizou Minas a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal mesmo sem o aval da Assembleia. O que pensa desse plano?

A aplicação do Regime de Recuperação Fiscal vai gerar um apagão social maior do que estamos vivendo no estado. Isso vai representar uma redução de investimentos na saúde, na educação e na habitação - que já não tem, praticamente, nenhum investimento. Já convivemos, no estado e no país, com uma fome monstruosa. Não há condição de o estado investir menos nas áreas sociais e, também, deixar de investir na estrutura do estado, que tem investimentos muito precários. O pagamento da dívida pública, hoje, no Brasil, é a legalização da transferência de recursos dos nossos **impostos** aos banqueiros. Os juros e a forma como a dívida foi construída são inexplicáveis.

Se eleita, então, a senhora iria declarar moratória?

Talvez seja uma necessidade e a única saída para o estado e para o país. Temos um programa para Minas Gerais, e estamos terminando de afiná-lo. Mas não temos nenhum objetivo de vender a ilusão de que há um conjunto de propostas que vamos apresentar a Minas Gerais e que elas vão resolver o problema sem que haja organização dos trabalhadores para mudar as relações que existem no país - quiçá no mundo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/05/07/2022/p1>

ENTREVISTA/**VANESSA PORTUGAL**

Pré-candidata do PSTU
ao governo de Minas

Professora diz que proposta para renegociação de dívida compromete saúde e educação

Recuperação Fiscal vai gerar um apagão social

BENNY COHEN, GUILHERME PEIXOTO E MÁRCIA MARIA CRUZ

A professora Vanessa Portugal, do PSTU, se prepara para disputar o governo mineiro pela terceira vez. Ela já concorreu nos pleitos de 2006 e 2010. Crítica de Romeu Zema, ela crê que o Novo, partido do governador e candidato à reeleição, é "incentivador do aumento das opressões e da violência" contra mulheres, negros e integrantes da população LGBTQIA+. "Não por dizer diretamente para violentar, mas porque, ao incentivar o preconceito, há incentivo indireto aos que estão na ponta, com menos capacidade de elaboração, de liberar a violência", disse ontem, ao participar do "EM Entrevista", podcast de política do Estado de Minas. Para Vanessa, a eventual adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) proposto pelo governo federal vai gerar um "apagão

social". Na sexta-feira, mesmo sem autorização da Assembleia Legislativa, Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), permitiu que o Palácio Tiradentes siga os trâmites que podem culminar na entrada no plano de refinanciamento de dívida. "Isso (o RRF) vai representar uma redução de investimentos na saúde, na educação e na habitação", afirma a pré-candidata, defensora da estatização da mineração e da criação de parques industriais para diversificar a economia. Se o PSTU confirmar a escolha por uma chapa puro-sangue, o vice será Jordano Carvalho, metalúrgico e candidato da legenda ao Executivo estadual em 2018. A íntegra da entrevista com Vanessa está disponível no YouTube do Portal Uai. Leia, abaixo, os principais pontos:

Se a candidatura for confirmada na convenção do PSTU, será sua terceira vez na disputa pelo governo de Minas. O que a motiva a participar novamente do processo eleitoral?

As candidaturas do PSTU têm a ver com a apresentação de um programa que se diferencia do conjunto de alternativas colocadas no processo eleitoral. É claro que queremos ganhar a opinião das pessoas para esse programa — e, quando entrarmos na eleição, entramos sabendo das dificuldades, mas para ganhar. Não porque quero ser eleita, mas por termos um conjunto de ideias e propostas à sociedade. Achamos importante que os trabalhadores e a juventude prestem atenção nisso, apoiem e se incorporem às ideias. Sou uma pessoa de movimento. Faço muitas greves e participo de ocupações de terras e manifestações. Estou em sala de aula há 30 anos, em escola pública. O fato de eu participar de certos movimentos me dá certa visibilidade. É legítimo que eu represente essas ideias que defendemos no processo eleitoral. É uma visão de mundo que discutimos em todos os espaços em que estamos.

A senhora disse que a pré-candidatura deste ano é mais ampla em relação às anteriores do PSTU. Não é possível se unir às pré-candidaturas de Psol e PCB? O campo mais à esquerda também tem outro partido: a Unidade Popular.

Houve um início de discussão, com todo o respeito à trajetória

das organizações, mas não foi esse (aliança) o resultado do debate. O Psol, neste momento, tem opção clara de adesão ao programa apresentado pelo PT, mesmo tendo pré-candidatura própria no estado (Lorene Figueiredo). Esse é um dos pontos que vamos discutir na eleição: não existem debates puramente regionalizados. Os estados não se isolam da Federação. Com o PCB (a pré-candidata é Renata Regina) e a Unidade Popular não foi possível (se unir), porque há uma série de diferenças programáticas.

Como a senhora avalia a mineração no estado?

A mineração no estado, hoje, é muito nefasta. Não defendemos parar ou acabar de vez com a mineração, mas o que ela traz de positivo? O percentual de impostos das mineradoras é baixíssimo e corresponde a aproximadamente 0,5% da receita do estado. Isso aumenta com o que se repassa às prefeituras, mas é muito baixo. A mineração traz tantos problemas sociais às cidades onde se instala que, dificilmente, há uma compensação econômica real. A mineração está colocando em risco o abastecimento das cidades e emprega muito pouco se comparada ao volume de recursos que movimentam. A mineração precisa ser contida, reduzida, limitada. Temos de desenvolver processo industrial de beneficiamento do minério e reaproveitamento do que já foi produzido. São mecanismos mais eficientes de geração de renda e emprego, mais eficientes para o desenvolvimento do estado.

das organizações, mas não foi esse (aliança) o resultado do debate.

O que a senhora quer dizer quando fala que a mineração precisa ser "contida", limitar?

O processo, o volume e os locais. A mineração precisa ser controlada. Há locais onde, independentemente de haver minério, ela não pode entrar, porque compromete áreas básicas à sobrevivência, como o abastecimento de água. Tem de haver entrada de tecnologia, pois o modelo brasileiro é muito atrasado. A mineração não pode ser privada. O subsolo não pode ser explorado sob o controle de empresas privadas. É preciso ter conselhos que sejam executados pelo conjunto de trabalhadores das cidades e pelos trabalhadores das empresas.

Há dependência da mineração? O que fazer para diversificar a economia?

Existem outras atividades com maior peso no PIB, como a indústria, que está sendo reduzida — um fenômeno do Brasil. O agronegócio tem peso em Minas, mas também é destrutivo, não gera emprego, representa concentração de riqueza na mão de poucos e não paga impostos na proporção de outros produtos. Minas tem economia diversificada, mas aumentar a diversificação tendo como base o desenvolvimento industrial é necessidade. O estado pode, e deve, ser gerador de produção de tecnologia e incentivar a criação de empresas. Não há saída fácil. Tenho de enfrentar



“

O estado pode, e deve, ser gerador de produção de tecnologia e incentivar a criação de empresas”

os que lucraram, e continuam lucrando, com a miséria da população, aumentar a cobrança de impostos sobre esses grupos, estatizar algumas áreas da economia e usar esse dinheiro para investir nas condições de vida da população, em tecnologia e em parques industriais.

Como a senhora analisa a postura do governo Zema ante as causas das mulheres, dos negros e da população LGBTQIA+?

Os números apontam que há aumento brutal da violência contra mulheres, negros e LGBTQIA+. O número de assassinados em função de sua orientação sexual, opção de gênero e raça é muito grande. É a violência cotidiana brutal: mulheres e negros continuam recebendo salários menores ou na fila do desemprego. Não há política de Estado que responda a isso. Há defesa de toda uma ideologia que faz

com que preconceito, violência e a opressão aumentem. O partido Novo é incentivador do aumento das opressões e da violência contra mulheres, negros e LGBTQIA+. Não porque diz diretamente para violentar, mas porque, ao incentivar o preconceito, há incentivo indireto aos que estão na ponta, com menos capacidade de elaboração, de liberar a violência.

Nunes Marques, do STF, autorizou Minas a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal mesmo sem o aval da Assembleia. O que pensa desse plano?

A aplicação do Regime de Recuperação Fiscal vai gerar um apagão social maior do que estamos vivendo no estado. Isso vai representar uma redução de investimentos na saúde, na educação e na habitação — que já não tem, praticamente, nenhum investimento. Já convivemos, no estado e no país, com uma fome mon-

trua. Não há condição de o estado investir menos nas áreas sociais e, também, deixar de investir na estrutura do estado, que tem investimentos muito precários. O pagamento da dívida pública, hoje, no Brasil, é a legalização da transferência de recursos dos nossos impostos aos banqueiros. Os juros e a forma como a dívida foi construída são inexplicáveis.

Se eleita, então, a senhora iria declarar moratória?

Talvez seja uma necessidade e a única saída para o estado e para o país. Temos um programa para Minas Gerais, e estamos terminando de afiná-lo. Mas não temos nenhum objetivo de vender a ilusão de que há um conjunto de propostas que vamos apresentar a Minas Gerais e que elas vão resolver o problema sem que haja organização dos trabalhadores para mudar as relações que existem no país — quiçá no mundo.

BUAREZ RODRIGUES/EM/DA.PRESS

Gasolina reage a corte de impostos com leve recuo



Roger Dias

No Posto Holl, na Avenida dos Andradas, o litro de gasolina estava custando R\$ 6,89 ontem: empresas devem fazer novos ajustes nos próximos dias

Os motoristas de Belo Horizonte e região metropolitana que frequentaram os postos de combustíveis ontem já começaram a perceber ligeira queda no preço da gasolina. A maioria dos estabelecimentos cobra o valor do litro do produto abaixo dos R\$ 7, num reflexo direto do corte dos **impostos** federais feitos pela União. Porém, a tendência é que os preços caiam ainda mais depois da redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) na gasolina, conforme anúncio do governo estadual na semana passada.

A medida fez a alíquota do imposto baixar de 31% para 18% no preço final para o consumidor. Segundo estimativa feita na semana passada pelo Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de Minas Gerais (Minaspetro), a gasolina cairá, em média, R\$ 1,60 nos principais postos, contabilizando os subsídios nos **impostos** estadual e federal. Com isso, o litro do combustível deve ser inferior a R\$ 6.

O desconto é inferior ao que projetou o presidente Jair Bolsonaro (PL), que previu queda de R\$ 2 por litro na maioria dos estados. Na semana passada, o chefe do Executivo sancionou o projeto que impede que os estados cobrem taxa superior à alíquota geral de ICMS, que varia de 17% a 18%, dependendo da localidade, sobre itens classificados como essenciais e indispensáveis, como o diesel e a gasolina.

Somente com a zeragem do PIS/Cofins, **impostos** da União, os mineiros passaram a economizar R\$ 0,68, em média, no litro da gasolina na última semana de junho. A redução contribuiu para que a gasolina ficasse abaixo do diesel nas revendedoras em Belo Horizonte e região. Embora Bolsonaro tenha sancionado a lei que zera os **impostos** federais, a

medida vale apenas até o fim do ano. Em 2023, o tributo voltará a subir- o PIS/Cofins representa cerca de 12% no preço final da gasolina.

Nos postos de BH, houve queda entre 6% e 8% na gasolina nos últimos dias, justamente depois que o PIS/Cofins foi zerado. O Posto Odeon, da Avenida do Contorno, por exemplo, cobrava R\$ 7,39 pelo litro até então, mas reduziu o preço para R\$ 6,87, um dos mais competitivos de BH. No posto Ale localizado na BR-356, houve redução de R\$ 7,59 para R\$ 6,99. Já o Posto da Mamãe, também na Contorno, reduziu a gasolina de R\$ 7,49 para R\$ 6,99 o litro. No Posto Holl, na Avenida dos Andradas, a gasolina era vendida ontem a R\$6,89.

O presidente do Minaspetro, Rafael Macedo, considera que as reduções no combustível virão gradualmente em todo o estado: "Devemos receber essas reduções escalonadas e aplicá-las na bomba. Temos visto redução importante, que é a do imposto federal e agora virá outra, com alíquota nova, que é do imposto estadual. Vamos perceber um alívio nos preços da gasolina durante a próxima semana".

Caso seja mantida a perspectiva de maior redução, a gasolina voltará a ficar na casa dos R\$ 5 depois de mais de um ano. Segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o preço médio do combustível em junho de 2021 era de R\$ 5,91. Desde então, ele tem sido afetado sobretudo pelos constantes aumentos anunciados pela Petrobras, que leva em consideração a cotação do dólar e do barril de petróleo no mercado internacional.

AUMENTOS NAS REFINARIAS De junho do ano passado até agora, foram sete aumentos nas refinarias, o que fez a gasolina ter um reajuste total de 50,9%. Por sua vez, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE, mostra que a variação do produto em 12 meses foi de 28,84%, com dados até maio.

No melhor cenário possível, o Ministério de Minas e Energia prevê uma redução de até 20,9% no preço médio da gasolina para os consumidores, com as medidas de desoneração ainda em andamento. Vários estados contestam as ações por conta da perda de arrecadação com o ICMS. Minas Gerais, por exemplo,

projeta uma queda de até R\$ 12 bilhões na receita anual em virtude do subsídio no imposto estadual - seriam R\$ 3,4 bilhões a menos por causa dos combustíveis.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/05/07/2022/p1>

Difícil equação (Artigo)

Ricardo Viveiros, Doutor em educação, arte e história da cultura, é autor de "A Vila que Descobriu o Brasil" (Geração), "Justiça Seja Feita" (Sesi) e "Educação S/A" (Pearson)

Como se faltassem temas de efetivo interesse da sociedade, o presidente Jair Bolsonaro segue se ocupando em atacar as urnas eletrônicas. Autocrático, conflita com os demais Poderes, a imprensa e qualquer um que não concorde com ele.

Seus correligionários, os que restaram após uma gestão catastrófica, em sua maioria manipulados pela cultura do ódio -vazia defesa quando faltam argumentos-, empregam o que se convencionou denominar "linguagem memética". Algo originado no que Richard Dawkins conceituou em "O Gene Egoísta". Trata-se da unidade fundamental conceptual da memória. Ou seja, para Bolsonaro e seus seguidores, não há adversários políticos, só inimigos.

Quem discorda dele é contra ele e, obrigatoriamente, a favor de seu concorrente. Isso é falta de entendimento da realidade. Discordar não é radicalizar. Inexiste no bolsonarismo a consciência de que o debate de ideias traz luz, gera opções. O obscurantismo em que Bolsonaro está mergulhado garante a certeza de que o mundo reduz-se a ele, ao seu entendimento das coisas e nada além.

Uma conduta que dividiu o Brasil em dois: os contra e os a favor. Um retrocesso ao que de pior já existiu na política. É preciso curar o Brasil dessa grave doença, dessa depressão cívica. A ardilosa conduta de Bolsonaro tem obtido resultados ao desacreditar o processo eleitoral, atacar o STF e agredir a imprensa -ferindo a democracia. A rigor, tem criado um clima de golpe e espalhado medo sob a antiga fórmula de transformar o opositor no demônio, para que não reste outra saída senão ele, o suposto "salvador da pátria".

Ao pôr em dúvida a seriedade das autoridades, minar estruturas do Estado e criar e disseminar fakes news, Bolsonaro busca enfraquecer perante a sociedade quem pode agir dentro da lei contra ele. E vale lembrar que, nesta gestão, tivemos um aparelhamento na estrutura pública federal, com milhares de cargos entregues a militares das Forças Armadas, que estão gostando do poder, dos salários e das mordomias. Por outro lado, a **inflação** eleva o recolhimento de **tributos** pelo governo, que, além de gastar mal, põe recursos em ações populistas que atraem eleitores, mas geram sérias complicações econômicas para o

futuro.

O grande desafio do novo presidente será governar com equilíbrio e respeito aos interesses da sociedade sem, é provável, ter maioria no Legislativo. O que se conhece do eleitor médio é o interesse em votar só nos candidatos a cargos majoritários. Para os parlamentos, a escolha não tem sido prática baseada em análises mais aprofundadas, tanto que, tempos após as eleições, parte significativa do eleitorado não sabe dizer em quem votou para a Câmara e o Senado.

Escolher e votar em deputados federais e senadores íntegros, capazes e realmente democratas, em especial nesta eleição, também será muito importante para dificultar golpes e garantir governabilidade e progresso.

[...] Ao pôr em dúvida a seriedade das autoridades, minar as estruturas do Estado e criar e disseminar fakes news, Jair Bolsonaro busca enfraquecer perante a sociedade quem pode agir dentro da lei contra ele

Ricardo Viveiros, Doutor em educação, arte e história da cultura, é autor de "A Vila que Descobriu o Brasil" (Geração), "Justiça Seja Feita" (Sesi) e "Educação S/A" (Pearson)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49963>

O futuro da inovação no Brasil é verde (Artigo)

Paulo Hartung

Os desafios **impostos** às atuais gerações exigem o permanente exercício da resiliência e a urgente reinvenção de nossos hábitos. Uma economia verdadeiramente descarbonizada não será possível se continuarmos a trilhar o mesmo caminho de descaso com a natureza que nos trouxe até a emergência climática que hoje vivenciamos.

A inovação é a via que pode nos levar à realidade de sustentabilidade planetária, requerida como precondição à qualidade de vida das atuais e das próximas gerações.

Como bem alertaram Horacio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski, em artigo recente, "a inovação é o motor do aumento da produtividade, da eficiência no uso de energia e recursos naturais".

Nesse sentido, o Brasil está de frente para uma enorme janela de oportunidades. Temos em nossas mãos o benefício dos ricos ativos ambientais, além de matriz energética diferenciada. Também temos exemplos consolidados que iluminam o horizonte da bioeconomia.

A experiência do setor de árvores cultivadas é um benchmark mundial. A indústria de base florestal planta, colhe e replanta, comumente em áreas antes degradadas pela ação humana.

São 9,5 milhões de hectares de cultivo, cuja produtividade saltou desde a década de 1970, fruto de pesquisa, desenvolvimento e capacitação profissional.

Um exemplo é o eucalipto, que saiu de 10 m³ por hectare/ ano, desde a década de 1970, e atualmente alcança 35 m³ por hectare/ano, a maior média do mundo.

Em moderna e sustentável técnica de manejo, essas áreas são intercaladas com mais de 6 milhões de hectares conservados, em mosaicos na paisagem. Formam-se verdadeiros corredores ecológicos, o que beneficia o solo, a água e a biodiversidade.

Assim, a indústria de base florestal oferece à sociedade alternativas ambientalmente amigáveis a itens oriundos de matéria-prima de origem fóssil, por

meio de embalagens de papel, tecidos, canudos, cadernos, fraldas, pisos laminados, painéis de madeiras, entre outros milhares de produtos.

Trabalho no hoje, sem tirar o foco do amanhã.

A celulose solúvel, por exemplo, já é uma realidade. O insumo tem imensa gama de aplicações, mas sua principal destinação é para a fabricação de viscose, alternativa ao poliéster em tecidos. A Bracell, em Lençóis Paulista (SP), expandiu o projeto Star, tornando-o flexível, cujas linhas podem produzir tanto celulose kraft quanto a solúvel. A LD Celulose, joint venture entre a austríaca Lenzing e a brasileira Dexco, também iniciou a operação de sua nova unidade, no Triângulo Mineiro, totalmente voltada para a fabricação de celulose solúvel.

A atuação conjunta com startups representa outra rota para a inovação dentro do setor.

A Klabin investiu na startup israelense Melodea. O objetivo é utilizar a nanocelulose para substituir as barreiras de plástico ou alumínio em embalagens de leite ou sucos para torná-las mais recicláveis e biodegradáveis.

Já a Suzano está levantando uma planta comercial em parceria com a finlandesa Spinnova, com vistas ao desenvolvimento de fios têxteis a partir da celulose microfibrilada, diminuindo em até 90% o uso de água e químicos.

Este caminho, que conecta meio ambiente à inovação, gera riquezas e oportunidades. O setor de árvores cultivadas é responsável por uma das maiores carteiras de investimentos privados no Brasil.

Há outros modelos de negócios modernos e verdes com potencial de consolidar o País como protagonista desta nova era. No Sul da Bahia, a Symbiosis Investimentos ousou quando decidiu, há mais de uma década, partir para a silvicultura de árvores nativas da Mata Atlântica. Após mais de dez anos de testes, monitoramento e avanços, a companhia já reflorestou cerca de 1.500 hectares com 56 diferentes tipos de espécies. Entre os objetivos estão recuperar áreas e colher madeira nobre nas áreas destinadas para produção.

Com criatividade, somos capazes de preservar a natureza, sequestrar carbono, valorizar e restaurar floresta. Nesse sentido, estão sendo articulados fundos para investir em projetos de restauração de espécies nativas em biomas brasileiros, como a re.green e a Mombak.

Além disso, este ano passou a ser autorizada a coleta de sementes, com fins de restauração, em unidades federais de conservação.

Esses são apenas alguns dos exemplos, eis que há outros tantos setores econômicos com semelhante dinamismo para embalar o desenvolvimento verde nacional.

De toda sorte, esse cenário virtuoso depende de avanços na reorganização do País. É preciso rever o caótico sistema tributário e garantir segurança jurídica; os investimentos em educação e ciência precisam ser robustecidos; a infraestrutura de dados tem de avançar, especialmente com a tecnologia 5G; e a pauta do meio ambiente necessita ser tratada como política de Estado.

Com expertise reconhecida, potencial ímpar e uma agenda prioritária bem definida para alavancar um desenvolvimento ambientalmente virtuoso, nosso país tem tudo para se tornar um protagonista da inovação pela sustentabilidade.

Que avancemos sem mais demoras e obtusidades rumo a um made in Brazil estrutural e essencialmente verde.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Tem de ter vale-Uber; é como vale-táxi"



'O que era ruim ficou pior', diz Forte, em referência à crise

IANDER PORCELLA BRASÍLIA

ENTREVISTA: Danilo Forte

O deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), relator na Câmara da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que turbinou benefícios, pensa em fazer mudanças no texto aprovado pelo Senado.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast, ele diz que vai negociar a inclusão, na "PEC Kamikaze", de um auxílio-gasolina a motoristas de aplicativo, como o Uber.

Além disso, Forte encomendou estudos jurídicos para determinar se há mesmo necessidade de decretar estado de emergência.

Ele acredita que pode haver brecha no teto de gastos - a regra que limita o crescimento das despesas do governo à **inflação** do ano anterior - para conceder os benefícios sem ter de acionar o estado de emergência.

A seguir, os principais trechos da entrevista: Por que aprovar a PEC neste momento?

Há milhões de pessoas passando necessidade. Do ano passado para cá, as coisas se agravaram, porque tem a **inflação** e a carestia. O que era ruim ficou pior. Quem **paga** a conta são os mais pobres, os assalariados. A União teve um aumento de arrecadação neste ano, no primeiro semestre. Esse

dinheiro não volta para o povo, vai para o pagamento de juros, amortização da dívida, redução do déficit fiscal. Não é porque tem uma lei impeditiva que a gente vai deixar as pessoas morrerem de fome.

Há possibilidade de entrarem novos benefícios?

A gente tem de resolver como vai ficar a questão do Uber, porque a finalidade do serviço é a mesma. Tem de ver se tem algum instrumento de controle para que a gente possa trabalhar isso. Na terça (hoje) de manhã, a gente vai fazer uma reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), e com líderes da oposição.

Ao meio-dia, com os líderes da base. Eu acho que ninguém vai ter coragem de ir ao microfone para se opor a um projeto que leva benefícios para as pessoas mais carentes.

O sr. vai manter o estado de emergência na PEC?

A gente precisa discutir a natureza jurídica do estado de emergência, porque tem um falso discurso de que traz uma repercussão ruim para o Brasil, mas o mundo todo está tomando medidas emergenciais. Estou vendo isso com o jurídico. Lembro muito bem que, quando fui presidente da comissão especial da lei do teto, a gente deixou um espaço para, em caso de crise financeira ou calamidade, tomar medidas com relação a se sobrepôr ao teto. Ainda não sei se isso é suficiente para dar segurança para que a área econômica do governo libere os recursos necessários.

O estado de emergência pode cair, então?

Se a gente tiver condição jurídica de garantir que a liberação será feita sem a necessidade da decretação do estado de emergência, eu não tenho dificuldade nenhuma de suprimir isso.

Se entrar na PEC o auxílio- Uber, em quanto ficaria o custo das medidas (hoje calculado em R\$ 41,25 bi)?

Ainda não há esse cálculo, mas quando foi feita a discussão sobre a construção dessa costura emergencial, e a gente estava formatando a PEC 15 e a PEC 16, participei de uma reunião com o relator, (senador) Fernando Bezerra Coelho (MDBPE), e o ministro Paulo Guedes tinha sinalizado que poderia chegar a R\$ 50 bilhões. Ainda tem mais de R\$ 8 bilhões que podem ser anexados.

Esse pacote de medidas, a três meses da eleição, não é eleitoreiro?

Estamos discutindo isso desde o ano passado. Eu já defendia o auxílio emergencial de R\$ 600.

O meu projeto da redução dos **impostos**, dei entrada em março.

O debate da crise econômica, a gente faz desde o começo da pandemia. Ninguém conserta o passado. A situação não é fácil, temos de resolver o futuro.

A obrigação de planejamento é do Poder Executivo, não do Legislativo, estamos cumprindo a nossa parte.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo age para barrar mudanças

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mais de mil prefeitos vão a Brasília contra perda de R\$ 250 bi

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mercado começa a prever inflação maior em 2023

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

País torra R\$ 85 bi em combustíveis - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
País torra R\$ 85 bi em combustíveis

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Positiva, redução do ICMS tem efeito limitado, dizem analistas

Fábio Couto Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263?page=1§ion=1

Juros globais em alta e riscos fiscais pressionam taxas futuras

Matheus Prado, Gabriel Rocae Arthur Cagliari De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263

BCE quer impedir que alta de juro vire lucro para bancos

*Martin Arnold, Olaf Storbeck e Owen Walker Financial
Times*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187263](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263)

Site:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187263](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263)

Tribunais divergem sobre exigência de certidão fiscal em recuperação judicial

Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263

Governo tenta barrar modificações em PEC



TAÍSA MEDEIROS

A chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios, aprovada na última semana no Senado, pode ser ainda mais turbinada na Câmara. O relator da matéria na Casa, Danilo Forte (União-CE), estuda incluir um auxílio a motoristas de aplicativos e suprimir o status de "estado de emergência". Caso os deputados aprove as modificações, o texto terá de voltar para o crivo dos senadores, o que pode atrapalhar os planos do governo de implementar as medidas já em agosto, às vésperas das eleições.

Para evitar atrasos, o Executivo acionou sua tropa de choque. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), trabalha para que a Casa mantenha o texto aprovado no Senado. "Tem mais sentido fazer isso do que promover qualquer alteração, mas, se houver compromisso do presidente Rodrigo Pacheco de votar na semana que vem no Senado, os dois turnos, a gente pode avaliar fazer alguma alteração no texto", afirmou, em entrevista à Rádio Jovem Pan.

A PEC aprovada pelos senadores determina o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, a ampliação do vale-gás, um voucher para caminhoneiros de R\$ 1 mil mensais e auxílio-gasolina destinado a taxistas, entre outros benefícios. O custo total é de R\$ 41,2 bilhões. Danilo Forte quer que motoristas de aplicativo também sejam contemplados com a ajuda. Ele argumentou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou que o montante do pacote poderia chegar a R\$ 50 bilhões.

"Levarei ao presidente da Câmara (Arthur Lira, do PP-AL) e ao colégio de líderes, nos próximos dias sugestões, o aprimoramento da PEC dos Benefícios em relação à possibilidade de estendermos o auxílio a motoristas de aplicativo, bem como a necessidade de mantermos, ou não, a instalação do estado de

emergência no texto", disse, em nota, o relator da proposta. Ele e Lira se reuniram, ontem, para debater a matéria.

Em relação ao estado de emergência, Forte disse que a própria lei do teto de gasto já autoriza o aumento de despesas em casos de crise financeira ou calamidade, "exatamente o que temos vivenciado no Brasil desde a pandemia e com a guerra da Ucrânia. Por isso, já foram solicitadas análises para verificar se é possível garantir os benefícios sem decretar o estado de emergência.

Oposição

Os partidos de oposição avaliam como agir neste momento. Há reuniões agendadas para hoje, com o intuito de alinhar as estratégias. "A primeira coisa a ser feita é tirar o estado de emergência, ainda mais após a declaração do Braga Netto", afirmou o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG). Ele fez referência à fala do general - cotado para vice na chapa de Bolsonaro -, a empresários de que, "sem auditoria" nos votos não haverá eleição. Também segundo Lopes, "é preciso melhorar a justificativa dessa emergência. Não era imprevisível, como dizem. Tem três anos que Bolsonaro levou este país ao caos". Apesar da preocupação, o parlamentar não acredita que as benesses prometidas sejam capazes de melhorar a popularidade do chefe do Executivo. "O povo não é bobo", disse.

Já o PSB pensa em protelar a votação. "Considerando que somos minoria, a única coisa a fazer é tentar ganhar tempo para ampliar o debate", declarou o líder do partido na Casa, Bira do Pindaré (PSB-MA). "Sempre fizemos a defesa de um auxílio de R\$ 600. O governo é que sempre foi contra. Agora, se coloca a favor por razões puramente eleitoreiras", completou.

O secretário-geral e fundador da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco alertou para o risco de que se crie uma bola de neve devido à escalada na concessão de benefícios. "O próprio relator afirmou que há uma margem de R\$ 8 bilhões, o que pode elevar o festival de benefícios a cerca de R\$ 50 bilhões. Ainda há o risco de as emendas de relator - distribuídas a esmo, sem qualquer critério técnico - continuarem a ser empenhadas durante o período pré-eleitoral. É o vale-tudo eleitoral, proposto pelo Executivo, mas com a anuência quase plena do Legislativo", avaliou Castello Branco.

A farra pode custar caro ao país num futuro próximo, uma vez que gera insegurança para os investidores. "As loucuras fiscais têm perna curta. Logo após as medidas populistas, surgem a desconfiança dos agentes econômicos e as consequências diretas. A **inflação** ascendente, o dólar com viés de alta, a elevação dos juros, a retração ainda maior dos investimentos e o aumento do desemprego", apontou o economista.

Rejeição

O líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), rejeita a ideia de suprimir o estado de emergência. "Não é só um conceito jurídico, é uma questão óbvia, mundial. Ninguém tem dúvida disso", declarou. O estado de emergência foi negociado no Senado para blindar o presidente Jair Bolsonaro (PL) de eventuais problemas com a Justiça. A legislação eleitoral veda o aumento de benefícios sociais e a criação de novos programas em ano de eleição, salvo em caso de estado de emergência.

Guedes silencia sobre a PEC das bondades



ROSANA HESSEL

Enquanto parlamentares pretendem ampliar benefícios na Proposta de Emenda Constitucional 1/2022, chamada de PEC Kamikaze pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o chefe da equipe econômica faz voto de silêncio. Ele evita contrariar a estratégia do Planalto, que pretende dar uma cartada decisiva na corrida eleitoral.

A PEC Kamikaze tomou lugar da PEC dos Combustíveis e deve sofrer alterações, com previsão de mais gastos, na Câmara dos Deputados. A medida tem sido chamada de "pacote de bondades" - até mesmo pela oposição, que votou a favor da PEC no Senado -, mas os efeitos dessa articulação não serão nada positivos. Em 2023, o dólar tenderá a subir com a falta de perspectiva de um controle fiscal; a **inflação** continuará persistente; e o Banco Central será obrigado a manter os juros em dois dígitos no próximo ano, travando o crescimento econômico.

Nos bastidores do Ministério da Economia, a preocupação é grande. "É a farra do boi", lamentou uma fonte da Esplanada, que pediu anonimato. Assessores próximos a Paulo Guedes afirmam que o ministro não vai comentar a PEC que joga por terra a agenda liberal do governo Bolsonaro. Ontem, ele cancelou o único compromisso público na agenda devido "a reuniões internas".

Quando tinha mais poder e era mais respeitado pelo

mercado, Guedes ameaçou deixar o cargo em razão de medidas bem menos prejudiciais às contas públicas do que a atual PEC. Mas, ao longo do mandato, cedeu à pressão da ala do governo que defende furar o teto de gastos. Ao longo desse processo de desgaste, vários integrantes favoráveis à austeridade fiscal deixaram o governo.

"Deve ser difícil (para o Guedes) ver tudo que está sendo feito no fiscal com consequências sérias à frente. O governo, que já não era liberal, jogou a última pá de cal na economia do governo. O movimento é eleitoral e contra isso o ministro não tem o que fazer", destacou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Além do risco fiscal na PEC das Bondades, analistas advertem para outros problemas. Lembram que a **inflação** dificilmente ficará abaixo do teto da meta de 2022, de 5%. As estimativas mais otimistas apontam uma redução em torno de 7,5% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano. O indicador acumulou alta de 11,73% nos 12 meses encerrados em maio. "A **inflação** deve ceder um pouco, mas não por conta da queda dos preços dos combustíveis e sim nos alimentos", alerta o economista da MB.

De acordo com Vale, algumas consequências dessa PEC são: mais **inflação** e mais risco fiscal para o próximo governo, seja ele qual for. Provavelmente, segundo ele, a **inflação** registre desaceleração este mês, mas não há garantia de que não haverá novos reajustes nos combustíveis. Por um lado, a instabilidade fiscal ajuda a pressionar o câmbio. Por outro, a guerra na Ucrânia, sem perspectiva de trégua, deve manter o barril do petróleo valorizado. "Devemos ter deflação em julho, mas da ordem de 0,5%. Depois ela volta por causa do preço do petróleo e do câmbio. A defasagem de gasolina tá muito alta, mais de 20%", alertou.

"Essa PEC é muito ruim, cria um enorme problema para a institucionalidade do arcabouço fiscal", alerta Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da RYO Asset. Pelas contas dele, as medidas podem incrementar o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano em 0,5 ponto percentual, mas deve encolher o **PIB** do ano que vem em 0,3 ponto.

Luis Otavio Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, lembra que, com essa nova PEC, o governo pode ajudar a melhorar o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, de 1,7% para 2%, mas está contratando uma

piora para o ano que vem. Pelas estimativas dele, a alta do **PIB** de 2023, que está em 0,5%, poderá ficar em zero. Enquanto isso, o dólar continua subindo em meio às discussões da PEC e suas incertezas sobre o tamanho do impacto nas contas públicas. "Enquanto não acabar a tramitação dessa PEC, novos gastos podem aparecer e o mercado vai ficando estressado e o dólar continuará valorizado", afirmou.

De acordo com analistas, a PEC Kamikaze vai na contramão dos princípios de responsabilidade fiscal em pleno ano eleitoral, pois cria o estado de emergência como subterfúgio extremamente perigoso para a economia. Uma das medidas mais custosas é o aumento de R\$ 400 para R\$ 600 no Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família. Conforme o texto aprovado pelo Senado, o benefício de R\$ 600 deve representar uma despesa adicional de R\$ 26 bilhões aos cofres públicos, considerando 19,8 milhões de famílias se a fila for zerada.

Procurados, os ministérios da Economia, da Cidadania e a Caixa não comentaram o assunto.

Impacto direto na inflação

Analistas ouvidos pelo Correio alertam que o impacto fiscal provocado pela PEC 1/2022 vai comprometer a missão do Banco Central de cumprir a meta de **inflação** pelo terceiro ano consecutivo.

Na avaliação de Samuel Pessoa, professor e pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV), com a PEC Kamikaze, o governo está dando benefícios com uma mão e tirando com a outra, porque a **inflação** sobe e a população perde o poder de compra. "Quem ganhar a eleição vai ter um trabalho duro pela frente. E, por isso, eu tenho um moderado otimismo. A experiência diz que político que produz **inflação** é punido", frisa.

Para Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, a PEC é "inaceitável". "Isso é um retrocesso gigantesco, não só econômico, como também social. Por conta dessas mazelas, o Plano Real não avança no seu propósito inicial de (estabelecer) uma menor diferença da renda entre os mais abastados e os mais pobres, o que é garantido quando a **inflação** consegue ficar em um nível civilizado, abaixo de 5%, por um período mais prolongado. Só assim as políticas econômicas conseguirão caminhar em direção para reduzir a desigualdade." Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, estima que as consequências fiscais virão à tona em 2023. "Estamos desenhando uma estratégia de política econômica que tende pressionar a dívida pública e a taxa básica da economia (Selic). O resultado dessa expansão fiscal será menos crescimento e juros mais altos", alerta.

O lado positivo, na avaliação de Padovani, é que a volta da hiperinflação não está no debate público, em grande parte, graças à autonomia do Banco Central.(RH)

A PEC da compra de votos - CRISTINA SERRA

CRISTINA SERRA

Na compra de votos tradicional, digamos assim, candidatos degradam a democracia usando como moeda de troca dentaduras, cadeira de rodas, cimento, tijolos, cargos etc. Neste atordoante 2022, a República decompõe-se um pouco mais com a aprovação da "PEC da compra de votos", no Senado.

Ninguém em sã consciência pode ser contra o aumento do auxílio para quem está passando fome. Mas a extensão do programa poderia ter sido feita por meio de outros instrumentos legislativos, sem violar a Constituição em nome de um golpe eleitoral travestido de estado de emergência.

Só agora, às vésperas da eleição, governo e oposição descobrem que o país está numa emergência de fome? O governo assume que sua política econômica desgraçou a vida do povo e recebe aval da oposição para gastar uma montanha de dinheiro e continuar desgraçando a vida do povo?

Enredada na armadilha, a oposição mostrou-se incapaz de enfrentar o debate que deveria separar o necessário socorro aos milhões de desesperados da pura e simples compra de voto por meio, por exemplo, de auxílios a caminhoneiros e taxistas, que nem se sabe ao certo como serão pagos.

A compra de votos oficial implode qualquer compromisso com o mínimo de decência institucional, com a responsabilidade fiscal e com o respeito à legislação eleitoral. Tudo sob o comando do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), variante envernizada do centrão e linha auxiliar do bolsonarismo, que tinha a obrigação de buscar alternativas que não violassem a Constituição.

Uma cornucopia de bondades (ainda que corroída pela **inflação**) sempre dá algum alívio social. A oposição pode ter feito o favor de dar a Bolsonaro fôlego suficiente para ele esticar o processo eleitoral. É o que basta para seus propósitos golpistas: dificultar a vitória de Lula no primeiro turno -junto com muitos governadores, senadores, deputados federais e estaduais- e bagunçar o segundo turno. A oposição irá repetir o erro na Câmara?

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

63

Economia tenta barrar inclusão de novos benefícios



ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

etanol, o impacto do pacote nas finanças do governo é de R\$ 58,2 bilhões, valor acima do teto fixado por Guedes.

Como mostrou o Estadão, o governo conta o aumento da arrecadação extra em torno de R\$ 54 bilhões a R\$ 56 bilhões para turbinar os benefícios sociais, incluindo R\$ 17 bilhões de reforço adicional de pagamento de dividendos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O Ministério da Economia não vê espaço para a elevação de gastos com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que aumenta as despesas com auxílios sociais até dezembro. A estratégia é tentar segurar a inclusão de novas concessões na votação da Câmara com apoio das lideranças governistas.

Na Câmara, a proposta do relator, deputado Danilo Forte (União-CE), é criar um auxílio gasolina para os motoristas de aplicativo. Essa medida, no entanto, é considerada de difícil implementação por causa da ausência de um cadastro e riscos de fraudes. Forte avalia que há espaço para subir o custo da "PEC Kamikaze" para até R\$ 50 bilhões. Uma mudança da PEC na Câmara obrigaria uma nova votação no Senado. O governo quer garantir o aumento do Auxílio Brasil e do vale-gás já neste mês, o que é considerado difícil pela área técnica.

O texto da PEC aprovada pelo Senado já prevê R\$ 41,2 bilhões em aumento de despesas fora do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

O relator, ao falar do limite de R\$ 50 bilhões dado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para o pacote que turbinar os benefícios sociais a menos de três meses da eleição, esqueceu de colocar na conta a perda de arrecadação com a desoneração da gasolina e do etanol.

Com a perda de receita de R\$ 17 bilhões com a redução a zero do PIS/Cofins sobre a gasolina e o

Entidades apresentam propostas para próximo governo melhorar SUS

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187263?page=1§ion=1